

NOS BAUSTADORES DA ANÁLISE SINTÁTICA TRADICIONAL

José Borges Neto e
José Luiz da Veiga Mercer*

A prática dos estudos gramaticais revela a existência de duas doutrinas, a DGEx [Doutrina Gramatical Explícita], que é oficialmente reconhecida e explicada nas gramáticas, e a DGImp [Doutrina Gramatical Implícita], a nunca explicada, mas que realmente subjaz à análise realizada.

Mário A. Perini¹

A ANÁLISE SINTÁTICA TRADICIONAL

A análise sintática é um método analítico pelo qual se reconhecem as funções sintáticas das expressões. Como diz Adriano da Gama Kury:

A análise sintática decompõe os elementos componentes da "frase", examina a sua estrutura: divide um "período" nas "orações" que o compõem, e cada oração nos seus termos (essenciais, integrantes e acessórios).²

Dado um período qualquer, cabe à análise sintática decompô-lo em

* Professores do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná.

¹ PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985. p. 18

² KURY, A. G. *Novos lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1973. p. 13

orações e, simultaneamente, classificar as orações, reconhecendo-lhes *funções* ou *papéis* sintáticos. Cada oração, por sua vez, vai ser decomposta em *termos* e esses termos, também, serão classificados e terão suas funções sintáticas reconhecidas. Em suma, cabe à análise sintática identificar a função que cada termo exerce na oração e que cada oração exerce no período. Como diz Perini:

A sintaxe da oração é descrita nas gramáticas escolares por meio de uma grande grade classificatória: há uma "sintaxe da oração" e uma "sintaxe do período"; internamente à oração reconhecem-se como termos essenciais o sujeito e o predicado; internamente ao sujeito e ao predicado reconhecem-se "núcleos", que precisam eventualmente ser complementados por meio de "termos integrantes"; um substantivo ou pronome é sempre o núcleo do "predicado nominal"; substantivos e adjetivos pedem, eventualmente, um "complemento nominal"; o predicado verbal tem por núcleo um verbo, e pode exigir para completar-se a presença de objetos; tudo mais são adjuntos – adnominais quando acrescentados a um substantivo ou adjetivo, e adverbiais quando acrescentados ao verbo, núcleo do predicado. Na sintaxe do período, mantém sua validade a distinção entre termos essenciais, em todo período de uma oração que não se subordina a outra ("oração principal" ou "absoluta"); são integrantes as subordinadas substantivas; são acessórios as subordinadas adverbiais e adjetivas.³

O procedimento normal das gramáticas – vamos nos restringir apenas à sintaxe da oração – é a apresentação de uma lista das funções sintáticas possíveis, classificadas em essenciais, integrantes e acessórios, acompanhada de alguns critérios de identificação e de exemplos.

Os termos essenciais são *sujeito* e *predicado*; os termos integrantes são *objeto direto*, *objeto indireto*, *complemento nominal* e *agente da passiva*; e os termos acessórios são *adjunto adnominal*, *adjunto adverbial* e *aposto*. Há, além desses, os *predicativos* (do sujeito e do objeto), cuja classificação se faz à parte. Os critérios de identificação são, de modo geral, de natureza semântica. Por exemplo:

³ LLARRI, R. *A Linguística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. pp. 17-18.

SUJEITO - é o elemento de quem se afirma alguma coisa. Ex.: Deus existe.

(...)
OBJETO DIRETO - é a palavra que completa a predicação os verbos transitivos diretos. Ex.: Derrubei a cadeira.

(...)
ADJUNTO ADNOMINAL - é a função sintática dos artigos, adjetivos, numerais, possessivos, indefinidos, demonstrativos, locuções adjetivas (formadas de preposição + substantivos) que indiquem qualidade, posse, ou especificação. Ex.: O homem; dois amigos; casa de João; garrafa de licor.⁴

A análise é apresentada, no mais das vezes, como uma relação entre duas colunas: na primeira coluna encontramos nomes de funções sintáticas e na segunda, os termos da oração. Tomemos como exemplo a seguinte oração:

(1) Os soldados romanos conquistaram o mundo.

A análise sintática de (1) se constituirá numa associação de funções a termos, como segue:

(2) Período simples, oração absoluta.

Sujeito:	os soldados romanos
Predicado:	conquistaram o mundo
Objeto Direto:	o mundo
Adjuntos Adnominais:	os, romanos, o

A análise sintática das orações proposta pelas gramáticas tradicionais se reduz a isso. É desconcertante, no entanto, a dificuldade que nossos alunos - até mesmo nos Cursos de Letras - encontram diante dessa análise. O que estará acontecendo? Será que os critérios de identificação são falhos? Insuficientes? A exemplificação não é boa.

Parcece-nos que a questão reside na complexidade da análise implícita que necessariamente subjaz à análise explícita nas gramáticas. O aluno deve lançar mão de uma extensa gama de conhecimentos - alguns internos e outros externos à própria análise - para chegar aos resultados esperados.

⁴ GOES, C. *Método de análise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973, pp. 51-52.

Por exemplo, o aluno deverá saber segmentar a oração para obter os termos a serem classificados; deverá saber identificar as classes gramaticais a que pertencem os termos da oração (toda análise sintática supõe, então, simultaneamente, uma análise morfológica e categorial), deverá ser capaz de identificar relações sintáticas e relações semânticas entre os termos etc. Esses conhecimentos quase nunca são explicitados e, mais importante, nunca são objeto de estudo sistemático no contexto da análise sintática. Cabe ao aluno fazer as relações entre conteúdos normalmente dissociados nas aulas. Isso sem falar que o próprio professor de análise sintática, embora faça as relações exigidas, raramente está consciente delas.

É a esta análise implícita que nos dirigiremos aqui. É extremamente importante saber exatamente quais são os conhecimentos em jogo no processo de análise sintática tradicional, nem que seja para poder recusar as análises que aí são feitas. Sem entrar em muitos detalhes, que excederiam a proposta deste trabalho, tentemos estabelecer alguns desses conhecimentos, colocando-os numa certa ordem (lógica?).

OS TERMOS DA ORAÇÃO

Antes de começarmos a "dissecção" da análise sintática, cremos ser conveniente uma pequena observação sobre o privilégio da oração no quadro da gramática tradicional.

A gramática tradicional não se propõe a analisar sintaticamente todo e qualquer enunciado. Reconhecendo a existência de uma unidade articulatória superior, frequentemente chamada frase e definida como "enunciação de sentido completo"⁵, a gramática tradicional vai privilegiar as frases que encerram verbos, isto é, as orações. Como a frase pode vir a conter mais de uma oração, é estabelecida uma unidade formal mais abrangente, o período, que se dirá simples ou composto, conforme encerre uma ou mais orações.

A análise sintática está, pois, orientada para operar apenas sobre orações, entendidas como conjuntos de palavras organizadas, diretas ou indiretamente, em torno de um verbo. Essa limitação tem sua origem histórica sobretudo nas preocupações logicizantes que estão na origem da análise sintática e que consideravam a oração como forma adequada de exprimir um *judicium*, composto necessariamente de um sujeito e de um atributo (ou predicado).

⁵ CUNHA, C. *Gramática moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971, p. 60.

Volando agora à análise da oração, parece-nos óbvio que o primeiro passo deve consistir na *segmentação* da oração em seus constituintes. A análise da oração (1), acima, supõe sua segmentação em dois grandes "blocos", ou constituintes, que serão identificados como o sujeito e o predicado. O constituinte sujeito deve ser segmentado em três partes (os/soldados/romanos) e o constituinte predicado deve ser segmentado em duas partes (conquistaram/o mundo). A expressão "o mundo", por sua vez, também pode ser decomposta em duas partes (o/mundo). Esta segmentação (ou "análise em constituintes") pode ser comodamente representada no seguinte diagrama em árvore:

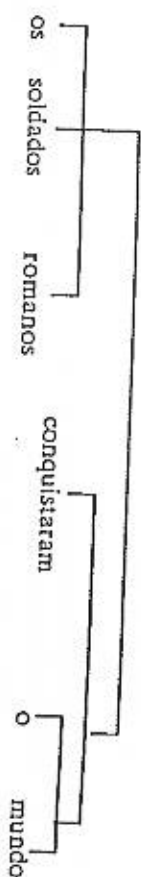


Figura 1

É importante observar que a segmentação da oração em seus termos constituintes não nos dá ainda uma análise sintática da oração tal como requerido pela gramática tradicional. Com a segmentação, obtemos os termos cuja função devemos reconhecer. A análise em constituintes é, então, um passo necessário mas não suficiente no processo de análise sintática tradicional.

É de observar também que a segmentação inicial em dois grandes blocos não é independente da etapa seguinte, de atribuição de função aos termos. De fato, não há outra razão para essa dicotomia inicial senão a necessidade, imposta pela própria análise, de reconhecer na oração um sujeito e um predicado, segundo o molde logicista. Já as segmentações seguintes podem ser realizadas, de modo geral, sem a concomitante atribuição de função sintática. Curiosamente, no entanto, apenas para a primeira divisão é que a gramática tradicional nos provê de algum critério para a segmentação, justamente porque é apriorística. Nos demais casos, a segmentação será variável e se fará considerando, entre outras coisas, as classes gramaticais e a coesão sintático-semântica dos grupos de palavras. Tais informações não são fornecidas clara e exaustivamente pela gramática, cabendo ao analista recorrer à sua "intuição linguística".

Antes de seguir adiante, conviria comparar o diagrama em árvore da Figura 1 com a análise sintática proposta em (2). O que chama a atenção nessa comparação é o fato de alguns constituintes, isolados pela segmentação da Figura 1, não parecerem possuir função sintática em (2).

Estamos falando de "soldados", "conquistaram" e "mundo". Embora sejam constituintes isolados na árvore da Figura 1 – e não vemos como não isso talvez seja o desconhecimento de qualquer outro nível linguístico, são identificados com palavras, que podem ou não receber modificadores (adjuntos e complementos). Podemos pensar, então, em "soldados" como o verdadeiro sujeito, recebendo dois adjuntos adnominais, e em "conquistaram" como o verdadeiro predicado, recebendo um complemento (objeto direto). É importante notar que muitos professores de português, ainda hoje, ensinam a análise sintática desse modo. Mas pode-se pensar também que esse problema surge com a omissão, por parte da comissão que redigiu a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), do termo (e da correspondente função sintática) *núcleo*.

* "Núcleo" é a palavra central ou principal de cada função sintática: "Aves" é o núcleo do sujeito "Rápidas aves negras" na oração: "Rápidas aves negras passaram". O núcleo do sujeito será um substantivo (pode ser termo ou locução de valor substantivo) ou um pronome. (A demonstração *"núcleo", embora da maior utilidade, não está consignada na "NGB").⁶

De posse da noção de *núcleo*, podemos classificar "soldados" como *núcleo do sujeito*, "conquistaram" como *núcleo do predicado* e "mundo" como *núcleo do objeto direto*.

CLASSES OU CATEGORIAS GRAMATICAIS

Como vimos antes, o objetivo final da análise sintática é o reconhecimento das funções gramaticais exercidas pelos termos da oração. Para fazer esse reconhecimento, no entanto, necessitamos de informações sobre as *classes gramaticais* (ou *categorias*) a que pertencem os termos.

Podemos dizer que a identificação das classes gramaticais dos termos da oração é condição necessária para uma análise sintática correta. É preciso ficar claro, no entanto, que não se trata simplesmente da classificação de palavras isoladas, mas de uma análise *categorial* dos termos da oração.

⁶ OLIVEIRA, José Luis de. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965, p. 114, n. 2.

É fácil ver que uma classificação de palavras isoladas não nos interessa. A palavra "romanos", por exemplo, pode ser classificada como um substantivo ou como um adjetivo; a palavra "o", como artigo ou como pronome pessoal do caso oblíquo etc. No contexto da oração (1), entretanto, a palavra "romanos" é "adjetivo" e a palavra "o" é artigo definido. O contexto em que a palavra está inserida é, certamente, o critério básico para essa classificação. A palavra "romanos" é adjetivo em (1) porque se combina com "soldados" – palavra inequivocamente substantiva; "o" é um artigo e não um pronome porque está antecedendo um substantivo, formando com ele um único constituinte, e assim por diante. Novamente, a gramática tradicional é incapaz de explicitar esses critérios de "co-ocorrência" de forma clara e objetiva.

A oração (1) receberia a seguinte análise categorial:

- (3) os = artigo definido
soldados = substantivo
romanos = adjetivo
conquistaram = verbo
o = artigo
mundo = substantivo.

Más, se olharmos bem o diagrama em árvore da Figura 1, notaremos que apenas os núcleos terminais (aqueles que não são decompostos em outros constituintes) estão recebendo nomes de classes. A gramática tradicional prevê nomes de classes para expressões outras que não palavras. Ficamos assim um problema. Se podemos dizer que "romanos" é um adjetivo que exerce a função de adjunto nominal, não podemos dizer a que classe pertence "o mundo", que exerce a função de objeto direto. Alguns gramáticos⁷, atentos para o problema, estão propondo nomes para essas novas classes (não se trata mais, obviamente, de classes de palavras). Assim, qualquer expressão que tenha um substantivo como núcleo (como "os soldados romanos", por exemplo) será denominada *sintagma nominal* (SN), e qualquer expressão que tenha por núcleo um verbo ("conquistaram o mundo", por exemplo) será chamada de *sintagma verbal* (SV).

Podemos agora "etiquetar" o diagrama da Figura 1 com nomes de classes, obtendo a seguinte estrutura, que é a *estrutura categorial* da oração (1):

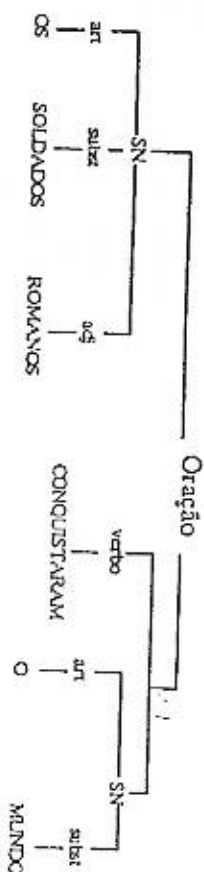


Figura 2

RELAÇÕES GRAMATICAIS

Outro tipo de informação necessária para a análise sintática tradicional é a informações sobre as relações que se dão entre os termos da oração.

A relação que parece ser a mais importante no processo de análise é uma relação, de natureza eminentemente semântica, que, segundo uma certa tradição, poderíamos chamar de *transitividade*. Podemos dizer de certas palavras – normalmente verbos e adjetivos – que são *transitivas*, isto é, que "exigem" outras informações para ter seu significado "completado". Tomemos por exemplo o verbo "conquistar". Qualquer oração construída em torno desse verbo vai repletar uma situação de conquista. Ora, toda situação de conquista prevê, minimamente, um conquistador e um conquistado. Logo, toda oração construída em torno do verbo "conquistar" deverá conter um termo que indique o conquistador e outro termo que indique o conquistado. As informações sobre o conquistador e o conquistado são exigidas pela significação própria do verbo.

Voltando ao exemplo (1), que é uma oração construída em torno do verbo "conquistar", podemos dizer que há entre o núcleo do predicado ("conquistaram") e o objeto direto ("o mundo") uma relação semântica pela qual o significado de "conquistaram" exige a informação veiculada por "o mundo" (ou outra qualquer que caracterize o conquistado) para se completar.

Se um termo exige o outro para completar sua significação, podemos dizer que entre eles se dá uma relação especial que denominaremos aqui de *relação R*.

É preciso observar que as relações entre os termos serão sempre definidas a partir do núcleo do constituinte. Toma-se o núcleo com seus significado e vê-se se ele exige ou não os outros elementos do constituinte. Se um elemento qualquer x for exigido pelo significado do núcleo, entre o núcleo e x dá-se uma relação R, em caso contrário, diz-se que não há uma relação R ou, alternativamente, que há uma *relação não-R*.

⁷ CUNHA, Celso & LINDLEY CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 120 e seguintes.

Pensemos em outros dois termos da oração (1): "o" e "mundo". O núcleo do constituinte objeto direto é o termo "mundo", assim, é a partir dele que as relações deverão ser definidas. Parece claro que o significado do termo "mundo" não exige outras informações para se completar: "mundo" não é transitivo. A relação entre "mundo" e "o" é uma relação não-R.

Voltemos uma vez mais ao exemplo (1). Pensemos no sintagma nominal sujeito desta oração. Podem-se identificar três termos (ou três constituintes) nesse sujeito: "os", "soldados" e "romanos". O termo nuclear (o núcleo do sujeito) é "soldados". As relações, então, devem ser definidas a partir de "soldados" não é direção dos outros constituintes. Ora, o termo "soldados" não é transitivo, ou seja, não exige nenhuma informação extra para ter seu sentido completado. Logo, a relação entre "soldados" e "os" é "entre" "soldados" e "romanos" são, ambas, relações não-R. Qualquer pessoa versada em análise sintática deve estar percebendo que a diferença entre "termos que se relacionam com seu núcleo pela relação R" e "termos que se relacionam com seu núcleo pela relação não-R" corresponde a diferença entre *termos integrantes* e *termos acessórios* da oração.

[Termos integrantes da oração] são aqueles que são exigidos pelas palavras a quem se juntam.⁸

[Termos acessórios da oração] são os que não se apresentam como necessários para a integridade da palavra a que se juntam.⁹

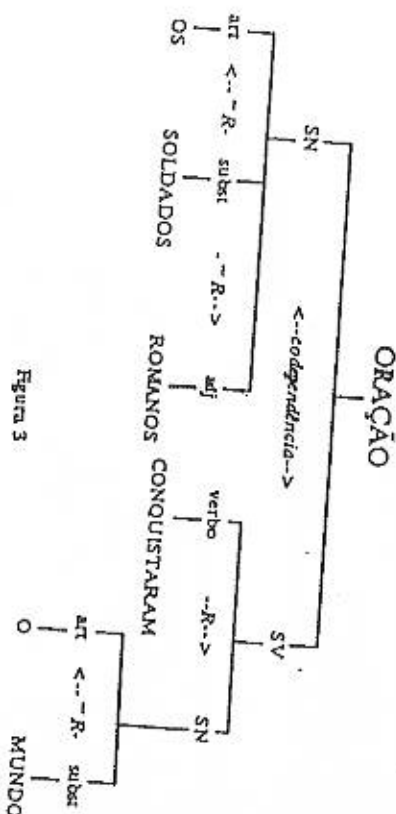
Deste modo, um termo será integrante quando se relacionar com seu núcleo pela relação R, e será acessório quando se relacionar por não-R. Há uma exceção, no entanto, que merece ser destacada. Como vimos acima, todo ato de conquista prevê um conquistador e um conquistado. Deste modo, as expressões que referem tanto o conquistador quanto o conquistado, numa oração construída com o verbo "conquistar", são exigidas pelo verbo. Deveríamos ter, em consequência, dois termos integrantes na oração (1): tanto a expressão "os soldados romanos" quanto a expressão "o mundo" deveriam ser incluídas no conjunto dos termos integrantes. Não é isso, porém, o que a análise tradicional faz - a

expressão "os soldados romanos" vai ser classificada como termo essencial e não como um termo integrante.

É fácil perceber porque isso se dá assim. A análise tradicional parte do princípio de que toda oração se segmenta em dois constituintes: o sujeito e o predicado. Esses dois constituintes "esgotam" a oração (tudo que não é sujeito é predicado e tudo que não é predicado é sujeito) e são denominados *essenciais*.

[Termos essenciais da oração] são os que não podem faltar em qualquer oração.¹⁰

Ora, os dois termos essenciais, enquanto tal, estão em pé de igualdade no que diz respeito à importância ou à centralidade dentro da oração. Logo, nenhum pode ser dito núcleo do outro. Na medida em que as relações R e não-R são definidas a partir do núcleo, não podemos identificá-las entre o sujeito e o predicado (mesmo se claramente existem relações R ou não-R entre eles). O raciocínio da análise tradicional pode parecer estranho, mas é coerente. Se o sujeito é um termo essencial, ele vai estar presente na oração em virtude dessa sua qualidade e não por ser exigido pela natureza transitiva do verbo. A transitividade, então, só vai ter efeito sobre termos não essenciais (que podem eventualmente faltar numa oração). Em síntese, entre o sujeito e o predicado dá-se alguma outra relação que não as relações R ou não-R. Algumas teorias linguísticas contemporâneas falam aqui de uma relação de *interdependência* ou de *codependência* em oposição à relação de *dependência* que estaria por trás de nossas relações R e não-R.



⁸ OLIVEIRA, Nomenclatura gramatical..., p. 123.
⁹ Idem, ibidem, p. 127.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 114.

O diagrama em árvore da Figura 3 incorpora as informações relacionais às informações que já tínhamos representadas na Figura 2. O diagrama da Figura 3, então, contém, simultaneamente, uma representação em constituintes, uma representação categorial e uma representação relacional da oração (1). Acreditamos que a árvore da Figura 3 apresenta a maior parte das informações necessárias para a identificação das funções gramaticais dos termos da oração (1).

FUNÇÕES GRAMATICAIS

Tentemos estabelecer agora como essas informações se combinam para a determinação das funções sintáticas dos termos. Restringimo-nos aos termos essenciais e aos termos acessórios.

Termos essenciais: sujeito e predicado

Para reconhecer o sujeito e o predicado é preciso operar uma primeira segmentação na oração, dividindo-a em dois constituintes. Feito isso sabe-se este é um conhecimento "a priori" - que um dos constituintes na identificação de um constituinte como sujeito e de outro como predicado é a natureza nominal do sujeito e a natureza verbal do predicado (o fato de um ser um SN e o outro um SV). Se estivermos corretos nessa suposição, temos suficientes informações para a identificação dos termos essenciais.

Termos integrantes: complementos verbais

Tomemos um exemplo:

(4) O menino entregou o pacote ao porteiro.

A análise em constituintes vai nos deixar com o seguinte diagrama em árvore:

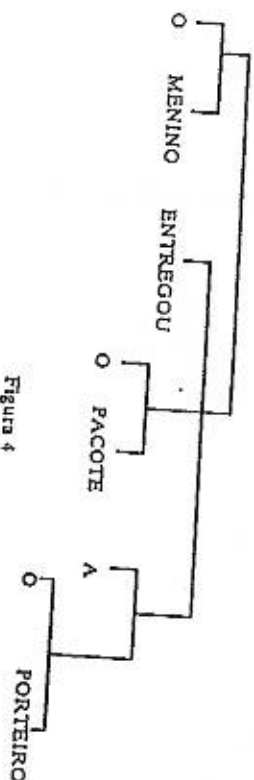


Figura 4

A expressão "o menino" é identificada como sujeito e o restante é o predicado. O núcleo do predicado é "entregou". Toda ação de entrega supõe um entregador, um objeto entregue e um receptor do objeto. Assim, as informações referentes a esses três "personagens" dos atos de entrega são "exigidas" pelo verbo e, em consequência, encontram-se numa relação R com ele. A expressão "o menino" já foi identificada como sujeito da oração e está, portanto, fora de questão.

Os outros dois constituintes ("o pacote" e "ao porteiro"), no entanto, na medida em que expressam as informações referentes ao objeto entregue e ao receptor da entrega, são exigidos pelo núcleo: são termos integrantes com o núcleo e devem ser classificados como tal. Ora, a relação de ambos núcleos são ocupados por substantivos). Como estabelecer diferentes funções sintáticas a eles, então, já que sabemos que a análise tradicional trata "o pacote" como objeto direto e "ao porteiro" como objeto indireto? Entram em questão aí algumas informações adicionais: a) a presença ou a ausência de preposição, e b) a possibilidade de substituição do termo em questão por um pronome pessoal do caso oblíquo. De maneira geral, o objeto direto não vem precedido de preposição, enquanto o objeto indireto é preposicionado. Na medida em que existe a possibilidade de um "objeto direto preposicionado", o critério da substituição do termo por um pronome oblíquo passa a ser relevante: o objeto direto é substituível pelo pronome *o* (a, os, as) e o objeto indireto é substituível pelo pronome *lhe* (lhes), numa relação clara com a natureza "acusativa" do objeto direto e com a natureza "dativa" do objeto indireto.

Termos integrantes: agente da passiva

De identificação bastante simples, o agente da passiva tem como características principais o fato de só ocorrer em orações passivas e ser um SN antecedido da preposição *por* (em alguns casos raros, antecedido pela preposição *de*, como na oração "Pedro é estimado de todos", onde *de todos* é o agente da passiva) que i) semanticamente, é o agente da ação do verbo e ii) equivale ao sujeito da oração ativa correspondente.

Termos integrantes: complemento nominal

O complemento nominal é um termo determinado pela relação R que -contrariamente aos complementos verbais e ao agente da passiva, natureza nominal - *adjetivos e substantivos* - e de *adjetivos*. Alguns exemplos (as expressões sublinhadas são complementos

nominais):

- (5) a. os juízes foram favoráveis ao réu.
b. o motorista foi responsável pelo desastre.
c. a assembleia votou contrariamente à nossa proposta.
(6) a. sua resposta ao examinador foi muito inteligente.
b. a destruição da cidade assustou os camponeses.

Nos exemplos de (5), temos complementos nominais ligando-se, por meio da relação R, com adjetivos ("favoráveis" e "responsável") e advérbios ("contrariamente"). Nos casos de (6), temos complementos nominais ligando-se a substantivos ("resposta" e "destruição").

Quando a expressão não-nuclear liga-se pela relação R com um adjetivo ou um advérbio nuclear, ela será, sem dúvida, um complemento nominal. Quando a expressão nuclear é um substantivo, no entanto, a identificação da função sintática do termo não-nuclear é mais trabalhosa. Cabe observar que só teremos complemento nominal se o substantivo núcleo for *transitivo*, o que nos restringe a lista de núcleos substantivos possíveis aos substantivos *deverbiais* e a alguns poucos outros casos (como a "sede" em *sede de justiça*, por exemplo).

Tomemos um exemplo:

- (7) A conquista do mundo pelos soldados romanos custou muitas vidas.

Fica claro que a expressão "a conquista do mundo pelos soldados romanos" é o SN sujeito de (7) e que o substantivo deverbal "conquista" é o seu núcleo. O artigo *a*, que inicia o SN, relaciona-se com o núcleo pela relação não-R, e é, em consequência, um termo acessório. Como o núcleo é um substantivo, esse termo acessório será *adnominal* (será um *adjunto adnominal* de "conquista"). Na medida em que é deverbal, o substantivo "conquista" apresenta a mesma rede de relações de regência que o verbo correspondente: se o verbo "conquistar" exige, para completar o seu significado, informações sobre o conquistador e o conquistado, o deverbal "conquista" exigirá as mesmas informações. Assim, podemos dizer que as expressões que veiculam as informações exigidas pelo deverbal relacionam com este pela relação R. Podemos concluir, então, que tanto a expressão "do mundo" quanto a expressão "pelos soldados romanos" relacionam-se com "conquista" pela relação R. Se as expressões que se relacionam com o núcleo por R são *termos integrantes*, "do mundo" e "pelos soldados romanos" devem ser integrantes. E se essas duas expressões integrantes têm um substantivo como núcleo, ambas deveriam ser *complementos nominais*. As pessoas versadas na análise sintática tradicional,

no entanto, bem sabem que isso não é verdadeiro. Para os gramáticos tradicionais, "do mundo" é um complemento nominal, mas "pelos soldados romanos" não o é: a expressão "pelos soldados romanos" será considerada um *adjunto adnominal*. Qual seria, então, o raciocínio seguido pelos gramáticos para atribuir à expressão "pelos soldados romanos" a função de adjunto adnominal, considerando-a um termo acessório? Creemos que o raciocínio envolve, implicitamente, a noção de *transformação*. Vejamos.

Embora não seja explicitada, há uma relação entre uma sentença como (1) e o SN sujeito de (7), relação que se conhece hoje como *relação de nominalização*. Em (1), tanto o sujeito quanto o objeto direto são "exigidos" semanticamente pelo verbo; em (7) tanto o "agente" da conquista (o conquistador) quanto o objeto da conquista são "exigidos" semanticamente pelo substantivo deverbal núcleo do SN. Ora, em (1), a informação sobre o conquistador, embora "exigida" semanticamente, não é regida sintaticamente, porque o verbo não é o núcleo apropriado para a regência do sujeito. Por analogia, os gramáticos vão manter, no SN nominalizado, o mesmo esquema de regência: a expressão que veicula o agente ("pelos soldados romanos"), embora "exigida semanticamente pelo deverbal "conquista", não será apropriadamente regida por ele. A consequência desse raciocínio é que as expressões que veiculam o agente em SNs nominalizados serão consideradas *termos acessórios*, ou seja, serão consideradas expressões que se relacionam com seu núcleo pela relação não-R.

Fica patente, neste caso, a dissociação efetuada entre a análise semântica (ou "lógica") e a análise formal (ou "sintática"). Fica claro também que a adequada classificação dos complementos nominais e sua diferenciação dos adjuntos adnominais, dependem da análise que se atribui à sentença que, de alguma forma, dá origem ao SN.

Para finalizar, parece-nos que o caso do complemento nominal exemplifica bem uma drástica mudança de perspectiva na análise sintática *sem a correspondente mudança no instrumental de análise*. Se pensarmos que a análise sintática foi construída historicamente como uma análise de natureza fundamentalmente semântica e que suas distinções, segmentações e classificações surgiram nesse movimento, podemos entender que a tentativa de analisar orações como *objetos formais e não objetos semânticos* (analisar *sentenças e não proposições*) fatalmente vai nos conduzir a "becos sem saída". Note-se o que acontece, por exemplo, com os *adjuntos adverbiais*. Originalmente, podíamos reconhecer dois tipos de função sintática, de natureza semântica, para as expressões adverbiais, conforme elas fossem regidas pelo núcleo, como no exemplo (9), ou fossem não-regidas.

como no exemplo (10).

(9) João vai a São Paulo.

(10) João morreu em São Paulo.

Alguns gramáticos (Rocha Lima, por exemplo¹¹) insistem em dizer que a expressão adverbial de (9) é um *complemento circunstancial* (termo *integrante* da oração), "exigido" pelo verbo "ir", núcleo do predicado, enquanto a expressão adverbial de (10), por não ser "exigida" pelo verbo "morreu", que é intransitivo, será um *adjunto adverbial* (termo *acessório* da oração). Será certamente o privilégio do formal, que eliminará a distinção semântica e levará os gramáticos a considerarem que "se é adverbial, necessariamente será adjunto adverbial", com todos os problemas que essa postura traz para a análise.

OS ADVERBIOS SENTENCIAIS E OS TESTES SINTÁTICOS

Gilvan Müller de Oliveira

É relativamente recente a idéia de que os advérbios podem atuar em diferentes níveis sintáticos, dos constituintes ao discurso. Essa idéia, tal qual foi defendida por Castilho e por Ilari e outros modifica profundamente a idéia que tínhamos das funções adverbiais até então, restritas à modificação de constituintes de diversas classes gramaticais (verbo, adjetivo, advérbio...) ou, no máximo, reconhecendo o caráter sentencial de alguns advérbios, como veremos a seguir.

Ilari e outros demonstram a existência de advérbios de sentença, de tópico (etc.) e de discurso, além daqueles atuantes sobre os constituintes, propondo a necessidade de dois tipos diferentes de gramática para dar conta desta heterogênea classe gramatical: uma *gramática da conexão*, de caráter estrutural, que estude "as expressões do ponto de vista da sua constituição morfo-sintática e da sua conexão" e uma gramática da *coesão*, que "define e organiza unidades relevantes para a compreensão do fluxo de informações e da coesão textual".¹ Formulando essas afirmações de outra maneira, propõem o seguinte quadro:

Índice inferior à sentença	gramática da conexão		gramática da coesão	
	Adv. de Conex.	Adv. Sentenciais	Adv. de Tópico	Adv. de Discurso
Índice superior à sentença				

¹¹ ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972, pp. 222 e 223.

* Professor do Departamento de Linguística da UNICAMP.
1 ILARI, R. et alii. *Constituintes...*